

Área de concentração: Direito Econômico, Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Financeiro

ESPELHO DE CORREÇÃO

NOTA – Todos os itens do quesito devem ser avaliados pelo conjunto das respostas, com atribuição de nota de 0 a 1 (decimais) em cada um dos subitens (ou 0,5 no especificado).

1ª QUESTÃO: (5,0 pontos)

A respeito da Constituição Financeira, responda:

- a)** Explique o conceito de Constituição Financeira a partir da diferença entre constituição formal e material (até 1,0)
- b)** Como a Constituição Financeira se relaciona com o Estado Democrático de Direito e respectivos princípios, e quais os pressupostos para a interpretação do Direito Financeiro? (até 1,0)
- c)** Discorra sobre a atividade financeira do Estado à luz da Constituição Financeira quanto às receitas públicas. (até 1,0)
- d)** Como a Constituição distribui o produto arrecadado no modelo de federalismo cooperativo equilibrado que caracteriza as relações entre as unidades federativas? (até 1,0)
- e)** Explique o conceito de orçamento impositivo à luz da Constituição Financeira, quais são as limitações para emendas parlamentares e como se caracterizam os regimes de modificação da lei orçamentária (até 1,0)

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

- a)** A Constituição financeira deve ser qualificada como a parcela material de normas jurídicas integrantes do texto constitucional, composta pelos princípios, competências e valores que regem a atividade financeira do Estado, na unidade entre obtenção de receitas, orçamento, realização de despesas de todas as competências materiais, financiamento do federalismo, custos dos direitos e liberdades, gestão do patrimônio estatal, bem como da intervenção do Estado.
- b)** A Constituição Financeira pressupõe o princípio do Estado Democrático de Direito como seu sistema total, na qual a atividade financeira atua não apenas para o mero financiamento, mas precípuamente para a concretização dos direitos fundamentais, como aqueles direitos à vida, à justiça, à liberdade ou à propriedade, e todo o regime de intervencionismo estatal. O segundo pressuposto é aquele que afirma os fins, valores e objetivos constitucionais como finalidade a ser concretizada pelas normas de Direito Financeiro. O terceiro pressuposto consiste na abertura sistêmica da Constituição Financeira para a realidade mediante interconstitucionalidade, no âmbito da Constituição total, entre a Constituição Financeira e as Constituições Econômica, Político-Federativa e Social. Nessa formulação, o Direito Financeiro converge em proveito das gerações presentes, mas igualmente em favor das futuras, como parte do conteúdo constitucional. A preservação e continuidade do Estado Fiscal devem ser consideradas.

- c) A constituição opera com competências bem demarcadas e limitações constitucionais a estas competências, o que se verifica não apenas para o exercício do poder de tributar, mas também para o poder de criar e regular preços públicos, “royalties”, multas, indenizações e receitas transferidas. A distinção entre receitas derivadas e originárias pode ser empregada segundo as normas constitucionais típicas, além de outras.
- d) O federalismo fiscal deve ser explicado. O candidato deverá evidenciar conhecimentos sobre a atribuição de competências tributárias, ao lado dos critérios de distribuição do produto arrecadado, por participação na receita alheia, transferida ou por meio de fundos de participação e outros. O “equilibrado” vem justamente da adoção dos fundos para distribuição adicionais àquele de atribuição direta.
- e) O candidato deve explicar a noção de orçamento impositivo, numa visão crítica, bem como a diferenciação entre os tipos de emendas, individuais, de bancada e de comissão. Contextualizar o tema na Constituição Financeira quanto à possibilidade de o Parlamento de atuar nas transferências de recursos de fontes discricionárias. Distinguir emendas durante a elaboração do orçamento daquelas medidas para alterar a lei orçamentária já votada e em vigor (como créditos suplementares, especiais e extraordinários). Avaliar o aspecto crítico sobre as repercussões das emendas do chamado “orçamento secreto”.

2ª QUESTÃO: (5,0 pontos)

Uma empresa de construções rodoviárias venceu uma licitação do Estado de São Paulo para fazer uma estrada. O valor contratado foi de R\$ 1 milhão, que foi devidamente empenhado. O contrato foi 100% executado, embora apenas 90% tenham sido regularmente liquidados e pagos. Alega o Estado que não liquidou e pagou esse saldo porque, nessa parte, o serviço foi feito de modo incorreto, o que inviabiliza o uso e a entrega de toda a estrada, o que a empresa contesta. O assunto foi judicializado pela empresa.

Considerando a situação descrita, disserte sobre os aspectos apresentados a seguir:

- a) Os advogados da empresa argumentaram que o serviço foi corretamente prestado, o que será demonstrado ao longo do processo. Pediram e obtiveram liminar para impedir a anulação ou o cancelamento unilateral do empenho, o que garante o pagamento, caso vença a demanda (1,25 ponto).
- b) Durante o processo, os procuradores do Estado de SP alegaram que a empresa não prestou o serviço de forma correta, o que será provado no curso da lide, mas, caso a empresa venha a vencer a demanda, o pagamento deverá ocorrer por meio de precatórios (1,25 ponto). Argumentaram ainda que o pagamento não pode se realizar pois não houve liquidação, que é um ato privativo da Administração Pública, sendo que a decisão é um ato judicial, que não pode suprir esse ato administrativo (1,25 ponto).
- c) Intervindo no caso, o Ministério Público pleiteia a anulação da licitação em razão do não cumprimento do contratado, argumentando que não adianta ter uma estrada 90% pronta, na qual faltam obras que são essenciais, e que não pode ser utilizada, reivindicando a devolução integral dos valores pagos (1,25 ponto).

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

Geral: O candidato deverá demonstrar segurança no domínio dos principais conceitos do regime constitucional das despesas com contratações públicas em relação ao direito financeiro, envolvendo a questão do empenho de despesas, dos precatórios e da liquidação.

Específicos:

a) Busca-se saber o que é um empenho e para que serve no âmbito financeiro, correlacionando com o problema apresentado.

O candidato deverá discorrer sobre os aspectos jurídicos da garantia contratual por meio de empenho à luz da Lei 4.320/64 (art. 58 e ss). E correlacionar esse aspecto com o caso apresentado.

b) 1. A existência de empenho, mantido válido por meio de ordem judicial afasta a exigência de precatório ao final da demanda, correlacionando com o problema apresentado?

O candidato deverá analisar a função dos precatórios à luz do art. 100, CF, e a correlacionar com a do empenho. Deve ainda discorrer se as duas fases de realização da despesa são estanques ou podem se correlacionar, isto é, se a existência de empenho válido afasta a necessidade de precatório ao final do processo judicial.

2. O ato de liquidação é exclusivo da Administração Pública? Correlacionar com o problema apresentado.

O candidato deverá analisar o que é a liquidação, explicitando sua importância e função no âmbito do direito financeiro, e expor se é um ato exclusivo e privativo da Administração Pública ou se pode ser suprido por uma decisão do Poder Judiciário, e quais seus efeitos a partir daí.

c) Caso comprovado que a não execução de 10% da obra inviabiliza sua utilização, o contrato administrativo pode ser cancelado e as verbas pagas devem ser integralmente devolvidas? Correlacionar com o problema apresentado.

A candidato deverá analisar a hipótese apresentada pelo Ministério Público, discorrendo sobre sua efetividade e aplicabilidade, à luz dos princípios da eficiência e do respeito à coisa pública, considerando ainda a questão contratual e a propriedade privada, pois 90% da obra foi incontestavelmente realizada e paga.

NOTAS – Cada subitem da questão deve ser avaliado pelo conjunto da resposta, correlacionando-a sempre com o problema apresentado, devendo ser atribuída nota de 0 a 1 (decimais), considerando os critérios de correção acima indicados.